

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)

GT09: Pensamento Social no Brasil

**A primeira geração de sociólogos do trabalho no Brasil
(1950/60) e seus diálogos com a “escola” francesa.**

Ricardo Colturato Festi
PPGS/IFCH-UNICAMP

A sociologia do trabalho brasileira ainda carece de uma obra capaz de reconstruir e analisar, com o rigor científico e analítico, a sua história¹. O que existe hoje é um conjunto de trabalhos, teses, artigos, ensaios ou relatos de protagonistas e discípulos que visa explorar determinados aspectos dessa empreitada, acabando por ressaltar os projetos científicos de um único sociólogo ou de um grupo de sociólogos². Nesses estudos, a chamada “escola paulista de sociologia” recebeu um destaque especial, apresentada como uma das precursoras da sociologia industrial e do trabalho no Brasil. Em parte, isso se explica pelo fato de que as pesquisas produzidas na Universidade de São Paulo, ao longo dos anos 1950 e 1960, foram parte de um projeto político-acadêmico o qual proporcionou o primeiro ensaio de institucionalização deste novo domínio em nosso país.

Os poucos trabalhos que abordam o desenvolvimento da sociologia do trabalho no Brasil são mais sociológicos que históricos. Suas pesquisas concentram-se nas análises das obras e das categorias formuladas pelos seus autores, predominando, muitas vezes, o estudo de exegese de texto ou a análise comparativa das teses e das “escolas”. Em alguns casos, quando diferentes “tradições” são comparadas, resalta-se mais os confrontos político-teóricos e as disputas acadêmicas que as articulações entre os seus membros na busca de constituir um campo comum de trabalho³. Isso ocorre, pois raríssimos são os estudos que priorizam a análise das instituições envolvidas na construção desse novo domínio das ciências sociais, aspecto que conduziria os pesquisadores a

¹ Este texto apresenta algumas das conclusões parciais de nossa pesquisa de doutorado, desenvolvida no PPGSIFCH/Unicamp, com estágio na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS, Paris, 2015-2017), financiada pela CAPES, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Antunes. Agradecemos a Profa. Dra. Liliana Segnini (FE/Unicamp) e a Profa. Dra. Lucie Tanguy (CRESPPA-CNRS) pelas críticas e sugestões dadas a nossa pesquisa.

² Alguns exemplos de artigos e teses nesse sentido são de Romão (2003, 2006), Cândido (2002), Guimarães e Leite (1994) e Leite et al. (2012).

³ É muito comum os trabalhos ressaltarem as disputas ocorridas entre as Cadeiras de Sociologia I, gerida por Florestan Fernandes, e II, por Fernando de Azevedo; ou então as disputas entre a “sociologia paulista/uspiana” e a “sociologia carioca”, em particular o rompimento público ocorrido entre F. de Azevedo e L. A. Costa Pinto por causa das questões políticas e financeiras que envolveram a criação do *Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais* (CLAPCS), estabelecido na cidade do Rio de Janeiro. Sobre a construção de um campo comum – de pesquisa, divulgação e socialização dos resultados –, devemos destacar os congressos e seminários realizados nesse período, assim como as publicações de livros e revistas – ainda que no Brasil não tenha surgido um periódico especializado em sociologia do trabalho como na França.

um rigoroso e necessário trabalho nos arquivos⁴. Acreditamos, portanto, que, ao inseri-los em suas rotinas de pesquisas, os cientistas sociais teriam melhores condições não apenas de compreenderem os produtos culturais finais dessa geração de intelectuais, como, e principalmente, analisarem as condições sociais e institucionais nas quais as suas pesquisas foram realizadas.

Longe da pretensão de apresentar uma reflexão completa sobre a história da sociologia do trabalho, tarefa árdua e que demanda um futuro projeto coletivo, este texto busca fazer um pequeno aporte a esta história, apontando alguns fatos e questões que consideramos importantes para explicar o surgimento e o desenvolvimento da sociologia do trabalho brasileira, ressaltando, sobretudo, as relações estabelecidas entre a “escola uspiana” e a “escola francesa”. Sobre esta, nos referimos ao grupo que se desenvolveu a partir dos estudos e das pesquisas de Georges Friedmann e, posteriormente, Alain Touraine. No caso brasileiro, entendemos por “sociologia do trabalho uspiana” os estudos que foram realizados por um heterogêneo grupo de cientistas sociais compostos por Mário Wagner Vieira da Cunha, Juarez Brandão Lopes, Azis Simão e os principais colaboradores da Cadeira de Sociologia I, regida por Florestan Fernandes, em particular Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues.

A importância dos arquivos para o pensamento social.

Como aponta Pierre Bourdieu (2007), a análise de qualquer “escola sociológica” deve levar em consideração três aspectos. Primeiro, a dificuldade de reconstruir todo o processo científico de cada pesquisador e de ler e analisar todas as obras, pois o material produzido é imenso. Segundo, o fato de que esta

⁴ Uma das causas que explica as dificuldades do cientista social em pesquisar nos arquivos está relacionada ao déficit existente em sua formação, fruto do processo de especialização que sofreram as ciências humanas ao longo do século passado, criando-se, dessa forma, rígidos campos e metodologias para cada disciplina. Desse processo, surge a ideia de que a pesquisa em arquivos é um *métier*, por excelência, dos historiadores. Acreditamos que sociologia e a história teriam muito a ganhar se esta orientação de Fernand Braudel fosse levada a sério: “Eu gostaria que os jovens sociólogos tomassem, em seus anos de aprendizagem, o tempo necessário para estudar, mesmo no mais modesto depósito de arquivos, a mais simples das questões da história, e que eles tenham, uma vez ao menos, fora dos manuais estéreis, um contato com um *métier* simples, mas que só compreendemos quando o praticamos – como todos os outros *métiers*, sem dúvida” (1962, p. 97 *tradução nossa*).

análise depende de documentos (arquivos, textos) e dos discursos dos cientistas sobre a prática científica. E, por último, deve-se considerar a legitimidade da ciência produzida, sabendo que esta é, a cada momento, um reflexo das lutas ocorridas no mundo social e no seio do mundo da ciência.

Jean-Michel Chapoulie (2001) defende que uma história da sociologia não deve ser uma simples história das ideias, mas uma história das instituições, de seus agentes e dos frutos de seus trabalhos, pois as ideias não são independentes deste plano de fundo. Perspectiva semelhante encontramos em Lucie Tanguy (2011). Segundo a autora, para uma história da ciência, em particular da sociologia do trabalho, é fundamental uma análise das condições sociais, institucionais e políticas em que esses trabalhos foram efetuados. Portanto, uma verdadeira história deveria descrever o conjunto do meio social concernente, as figuras célebres e os participantes que ficaram nas sombras, as condições de trabalho e de carreira, as instituições nas quais evoluíram, a organização das pesquisas e sua valorização, o público, os financiamentos, entre outros elementos.

Realizar uma análise sócio-histórica da sociologia do trabalho brasileira das décadas de 1950 e 1960, particularmente aquela produzida na USP, coloca-nos diante de algumas dificuldades metodológicas importantes, principalmente no que diz respeito às *narrativas de protagonistas* que se consolidaram como *verdades* e se reproduziram como *fatos* na maioria dos trabalhos sobre o tema. Aqui vale a ressalva de Sergio Miceli sobre a mesma questão que seu grupo de pesquisa se deparou:

...fomos nos inteirando das representações e hierarquizações com que também os cientistas sociais buscaram (re)construir o passado de seus antecessores como parte de seu presente, selecionando mentores, patronos e heróis intelectuais e políticos, firmando reputações e nulidades, estabelecendo filiações, parentescos e linhas de influência, celebrando alianças, rompendo coalizões, num trabalho sistemático de ordenamento e racionalização que cada geração de produtores procura refazer como que tentando moldar a sua própria posição e firmar o valor de sua contribuição para a história intelectual de que se sente e se veem como participantes. (MICELI et al., 1989, p. 8)

Não podemos nos alongar sobre essa importante advertência metodológica e as suas implicações sobre os resultados das pesquisas no

campo do pensamento social ou da sociologia das ideias. Porém, seguindo a mesma preocupação de Miceli, vale destacar e indagar uma das *narrativas* predominantes, nas obras sobre o tema, quando se trata de explicar o surgimento da sociologia do trabalho no Brasil. Segundo as palavras de um de seus protagonistas, Fernando Henrique Cardoso,

... o Fernando de Azevedo trouxe para o Brasil um outro francês que era o patron do Touraine, que era professor do Conservatoire des Arts et Métiers, na França. Friedman, Georges Friedmann. Este homem estava desenvolvendo a sociologia do trabalho, que era novidade. Então, ele veio para cá e ocorre que nessa época meu pai era candidato a deputado, e eu tinha automóvel e falava francês. Então, isso me credenciou a ciceronear o Friedmann. E eu fui mostrar São Paulo a ele em época de eleição [...] Então, o Friedmann conversou muito comigo e ele tinha lançado, junto com o Fernando de Azevedo, a ideia de fazer um centro de sociologia do trabalho, e ele disse lá que eu devia ser o diretor do centro. (CARDOSO, 2012)

Esta versão é reforçada por Leôncio Martins Rodrigues:

... o Florestan Fernandes me convidou para integrar um grupo de trabalho que tinha sido criado pelo Fernando Henrique, uma coisa chamada Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho [CESIT] (...) Veio aqui o Touraine... Antes, passou o Friedmann aqui, que, se não me engano, tinha sido catedrático do Touraine, na hierarquia francesa, *mutatis mutandis*. O Friedmann tinha escrito aquele livro *O trabalho em migalhas, Le travail en miettes*, além de outros. Depois veio o Touraine aqui e fez uma série de conferências sobre organização do trabalho e incentivou a formação do CESIT, o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, que ficou sob a direção do Fernando Henrique. Eu não era formado, portanto, como professor eu não poderia ser contratado, mas poderia ser como auxiliar de pesquisa, e eu fui como auxiliar de pesquisa para o CESIT. (RODRIGUES, 2010)

Essas e outras narrativas⁵ acabaram por colocar o *Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho*, criado em 1961, como o precursor da sociologia do trabalho no Brasil e a destacar e sobrevalorizar o papel de algumas figuras, em detrimento de outros personagens e grupos que vinham, desde o início dos anos 1950, produzindo pesquisas sobre o mundo industrial e do trabalho⁶. Ainda segundo essa narrativa, a sociologia do trabalho no Brasil teria surgido quando

⁵ Semelhante narrativa foi apresentada por Alain Touraine nas entrevistas que concedeu a nós, em fevereiro de 2017, e a José Sergio Leite Lopes (2013), em 1994.

⁶ Aqui cabe destacar os trabalhos realizados por Mário Wagner Vieira da Cunha, Juarez Brandão Lopes e Azis Simão. Por limitação de espaço, não podemos apresentar uma análise sobre as obras desses importantes autores para a sociologia do trabalho brasileira.

Friedmann e, em seguida, Touraine visitaram a USP e conheceram o jovem Fernando Henrique Cardoso que teria se destacado pois, na época, tinha a sorte de ter um carro e de falar bem o francês.

É verdade que Friedmann, o “pai” da sociologia do trabalho na França, se impressionou, logo em sua primeira visita em 1958, com todo o grupo de jovens sociólogos da USP, em particular Cardoso. Entretanto, seria ingenuidade considerar que o “patron” da sociologia francesa nos anos 1950 teria se impressionado com um bom francês e com uma carona que o levou para conhecer as zonas industriais de São Paulo. O que podemos concluir, após nossa análise nos arquivos, é que Friedmann se animara em conhecer uma geração de jovens sociólogos que há quase uma década se debruçava sobre o problema da industrialização e, em particular, a construir uma sociologia capaz de intervir na realidade em plena transformação⁷. Sua empolgação em conhecer a América Latina foi tamanha que ele publicou dois pequenos livros sobre a região para o público francófono (FRIEDMANN, 1959a, 1961). Portanto, Friedmann se deparou com um grupo de intelectuais brasileiros que expressava a mesma preocupação que os franceses: o processo de modernização da sociedade.

A nossa pesquisa também permitiu descobrir que esse encontro de 1958, ocorrido na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antônia, foi reflexo de um longo processo de relações acadêmico-pessoais que culminou, no final dos anos 1950, na consolidação de uma comunidade científica internacional. Friedmann e os sociólogos da USP vinham alimentando relações desde a fundação da *Associação Internacional de Sociologia* (ISA), aprofundando-as com a criação da *FLACSO* e a *CLAPCS*,

⁷ Fernando Henrique Cardoso era, no grupo de Florestan, o que melhor dominava o debate sobre a industrialização capitalista. Diplomado Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela USP em 1952, especializou-se em Sociologia (1953) com uma monografia sobre “o processo de industrialização em São Paulo”. No último ano da graduação, foi contratado para Serviços Técnicos no Instituto de Administração da FEA-USP, tornando-se, em seguida, Assistente da Cadeira de História Econômica Geral e do Brasil (1952-1953). Em 1953, tornou-se Auxiliar de Ensino da Cadeira de Sociologia I e, no ano seguinte, quando Florestan substituiu Roger Bastide, foi promovido para Primeiro Assistente (1955-1961). Na segunda metade dos anos 1950, dedicou-se aos estudos sobre relações étnico-raciais, defendendo uma tese de doutorado sobre o tema em 1961. Após esta temática, retornou à sua preocupação sobre a industrialização nos países periféricos (Conf. Processo no. 51.1.11656.1.0, Contrato Autárquico, Arquivo Geral da USP). Talvez, Friedmann tenha visto em Cardoso a mesma energia juvenil e potencialidade acadêmica que encontrara em Touraine uma década antes.

contando com volumosos incentivos financeiros e políticos de organizações internacionais, tais como a UNESCO.

A consolidação de uma comunidade acadêmica internacional.⁸

Ao longo de quase três décadas após o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo acadêmico assistiu a um de seus mais importantes processos de expansão e de consolidação de intercâmbios de pessoas e de pesquisas no âmbito internacional. Contribuíram, para esse propósito, numerosas organizações nacionais e internacionais (tais como a ONU, a UNESCO, a OEA e a OCDE) e fundações filantrópicas norte-americanas (em particular, a Ford e a Rockefeller), assim como ajudas financeiras específicas a determinadas regiões (como foi o caso do Plano Marshall), encorajando e financiando o ensino e a pesquisa em ciências sociais nos países centrais e periféricos. Essas ações eram parte da dinâmica que consolidou, no mundo ocidental, a sociedade capitalista hegemônica pelo taylorismo-fordismo, pela produção e o consumo em massa, pelo planejamento e o intervencionismo estatal, produzindo, dessa forma, novas exigências de conhecimentos técnico-científicos por parte da força de trabalho e dos agentes promotores das mudanças.

Na França, por exemplo, o renascimento da sociologia, no período pós-guerras, deu-se a partir do reencontro entre as políticas modernistas e os empreendimentos intelectuais mobilizados para esse fim (TANGUY, 2011). A consequência disso foi uma alteração do papel das universidades e dos intelectuais (ou *experts*) na sociedade. Por um lado, a sociedade capitalista passou a exigir uma força de trabalho melhor qualificada, principalmente entre aqueles que ocupavam os postos de gestão, como os *cadres* ou os *managers*. Por outro, o conhecimento científico tornou-se ainda mais instrumental, buscando-se resoluções rápidas para os problemas sociais e técnicos vigentes. O resultado foi que esse novo acadêmico distanciou-se tanto do catedrático, conservador e isolado da sociedade, como do intelectual “sartriano”, engajado

⁸ Optamos por utilizar a expressão “comunidade acadêmica/científica”, contudo, não no sentido que Merton e outros funcionalistas deram a ela, ou seja, a de “ciência pura”, perfeitamente autônoma, que se desenvolve seguindo uma lógica interna. Estamos mais próximos da ideia de “campo” de Bourdieu, ressaltando a conflitividade entre os cientistas e o fato deles não serem um grupo homogêneo e unificados pelo “bem da ciência” (BOURDIEU, 2007).

na crítica à sociedade. Surgiu, portanto, incentivado pelas políticas modernizadoras do período da “reconstrução”, um intelectual que objetivava contribuir com a modernização capitalista, mesmo que assumisse uma postura crítica.

A confluência desse novo projeto político-acadêmico com a tradição durkheimiana, na França, e a estrutural-funcionalista, nos EUA, favoreceu a predominância do método de investigação empírico e um modelo que parecia mais com as ciências da natureza que com as disciplinas da cultura. Essa perspectiva já tinha sido anunciada por Georges Gurvitch⁹, logo após a Libertação da França, em um artigo-programa publicado no primeiro número da revista *Cahiers internationaux de sociologie*:

Nos parece igualmente certo que a sociologia vai concentrar os seus esforços não mais em preferências sobre o passado da sociedade, nem mesmo sobre estruturas e situações sociais já cristalizadas, mas sobre a sociedade presente, no curso de seu movimento, em seu estado de luta, de efervescência e de criação. O enorme trabalho descritivo fornecido pela sociologia americana mostrou o caminho a seguir, ainda que tenha necessidade, para usufruir de todos os seus frutos ou mesmo para se tornar utilizável, de ser assentada sobre esquemas conceituais mais claros, mais refinados e mais flexíveis, tais como os que fazem a força do pensamento sociológico francês. (GURVITCH, 1946, p. 7–8, tradução nossa)

A sociologia brasileira, em especial a sociologia uspiana, que contou com forte influência francesa desde a criação da universidade, também buscava a consolidação desse projeto por meio de pesquisas e reflexões realizadas ao longo dos anos 1950. Um espaço privilegiado para isso, que serviu de formação e de experimentação às novas gerações por meio de pesquisas empíricas, foram os cursos de *Sociologia Aplicada* para os alunos do quarto ano de Ciência Sociais, a cargo de Florestan Fernandes, após o retorno de Roger Bastide para a França, em 1954.

⁹ Gurvitch nasceu em 1894, na Rússia, construindo a sua carreira acadêmica na França. Em 1935, substituiu Maurice Halbwachs na Universidade de Strasbourg, bastião da Escola dos *Annales*. Durante a Segunda Guerra Mundial, exilou-se em Nova York, onde participou da construção de uma Escola Livre de Estudos Avançados junto a Claude Lévi-Strauss e outros refugiados franceses. De volta à França, foi um dos responsáveis pela reorganização da sociologia, ao lado de Friedmann. Em 1947 e 1948, foi contratado para a Cadeira de Política da FFCL-USP. De volta à França, tornou-se professor da Sorbonne e da recém-criada *École Pratique des Hautes Études*, VIª Seção.

Segundo Florestan, em texto publicado em 1958¹⁰, o desmembramento da antiga ordem social brasileira – rural, escravocrata, senhorial, tradicional, etc. – permitiu o surgimento e o desenvolvimento da sociedade moderna – ou seja, urbana e industrial – e, conseqüentemente, a proliferação, pela primeira vez, do pensamento e da ação racional. A cidade de São Paulo, por representar o centro dinâmico da industrialização no Brasil, teria sido a primeira a desenvolver essa nova mentalidade. Entretanto, a evolução desse pensamento racional não teria eliminado a influência do irracionalismo sobre a vida cotidiana dos indivíduos. “A magia de origem folclórica continua a existir e a ser praticada, crenças religiosas ou mágico-religiosas, que apelam para o misticismo ou para valores exóticos, encontram campo propício para desenvolvimento graças às inseguranças subjetivas, desencadeadas pelas incertezas morais e ficções sociais do mundo urbano” (FERNANDES, 1977, p. 22). Portanto, estaria nas novas instituições desenvolvidas no contexto das políticas modernizantes do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960, o lugar privilegiado de aplicação das novas técnicas racionais de intervenção sobre os problemas das cidades. Estas receberiam a ajuda dos planejadores e do conhecimento produzido na universidade pública.

Em conferência proferida na *Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, em outubro de 1955, Florestan assim definiu os níveis de utilização plena da pesquisa sociológica:

... em face do alcance desse desenvolvimento, a sociologia poderá ter certa importância tanto prática quanto educativa. Existem três níveis que poderão refletir de modo mais intenso tais efeitos: a) esfera da concepção racional do mundo; b) esfera da integração da teoria científica (inclusive: relações de teoria e aplicação; síntese dos resultados de investigação, etc.); c) **esfera da intervenção prática, orientada racionalmente (ligações da sociologia aplicada e da pesquisa sociológica com o comportamento humano, com a solução racional dos problemas e tensões sociais e com o planejamento experimental)**. Só nessas condições se poderia falar na existência de condições para organizar a pesquisa sociológica em escala adequada, tendo em vista as necessidades teóricas

¹⁰ Trata-se de “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil”, publicado, originalmente, pela *Revista Brasiliense*, no.6 de julho-agosto de 1956, e Republicado em Florestan (1977).

e práticas que podem justificar o recurso a essa modalidade científica da pesquisa fundamental.¹¹ (grifos nossos)

Nesse contexto de avanços da “modernização”, ou seja, da industrialização e da urbanização das sociedades europeias e latino-americanas, a sociologia industrial – posteriormente, sociologia do trabalho – era, nas palavras de Touraine, sinônimo de sociologia¹². Na França, seu desenvolvimento se deu sob a tensão entre a concretização de um projeto político-acadêmico e a necessidade de responder criticamente às novas demandas advindas tanto do movimento sindical quanto das transformações produzidas pelo mundo industrial taylorista-fordista. No caso do Brasil, os sociólogos se deparavam com o projeto nacional-desenvolvimentista, a “revolução democrática” e a superação dos elementos arcaicos da sociedade.

Os incentivos financeiros e políticos advindos dos organismos nacionais e internacionais e das fundações filantrópicas permitiram a consolidação de novas e modernas instituições de pesquisa e ensino. Foi o caso, na França, do *Centre d’Etudes Sociologiques* (CES) e do *Institut des Sciences Sociales du Travail* (ISST), duas instituições importantes ao longo dos anos 1950 e 1960 para o desenvolvimento da sociologia do trabalho naquele país (TANGUY, 2011). No Brasil, a Cadeira de Sociologia I, após seu contato com os franceses, buscou consolidar um laboratório de pesquisa semelhante ao que se fazia nos países centrais com a criação do *CESIT* em 1961, experiência inovadora que contou com verba pública e privada¹³.

Por fim, também foi importante, para a consolidação dessa comunidade acadêmica internacional, os incentivos dados para a criação de associações profissionais e científicas, como a *Associação Internacional de Sociologia* (ISA)

¹¹ Intitulada “A função da pesquisa sociológica no mundo moderno”, a conferência foi organizada pelo grêmio dos estudantes desta faculdade, entre 20 e 27 de outubro de 1955. Conf. referência 02.06.7966, *Fundo Florestan Fernandes, Acervo Coleções Especiais UFSCAR/BCo*, São Carlos.

¹² Conf. entrevista de Touraine concedida ao autor, o projeto político desta geração dos anos 1950/60 se filiava ao espectro da social-democracia. Os *Trinta Gloriosos* eram, essencialmente, a expressão máxima da sociedade industrial democrática e, nesse sentido, a sociologia só poderia ser uma sociologia do trabalho, pois o trabalho era o fator fundamental de explicação da sociedade. No programa fundador da revista *Sociologia du Travail*, encontramos em seu primeiro artigo-programa, escrito por Friedmann, a defesa de uma sociologia do trabalho que não se resumisse às questões propriamente do mundo laboral, mas buscasse a produção de análises e explicações totalizante (FRIEDMANN, 1959b).

¹³ Para a sua criação em 1961, o CESIT contou com uma significativa doação financeira da Confederação Nacional da Indústria (CNI), transação mediada por Fernando Henrique Cardoso.

e a *Sociedade Brasileira de Sociologia*, criadas, respectivamente, em 1949 e 1951¹⁴. Assim, a circulação das ideias e dos intelectuais passaram a contar com uma rede internacional estabelecida por meio dessas instituições e associações, além dos intercâmbios e missões técnicas ou acadêmicas, bem como as revistas, os congressos e os seminários acadêmicos internacionais.

Podemos verificar os impactos dessa política na progressão do número de participantes e de países representados nos quatro primeiros Congressos Mundiais da ISA, ocorridos na década de 1950, conforme tabela abaixo:

Participação nos Congressos Mundiais de Sociologia, em total de participantes e países representados, entre 1949 e 1959.

Ano	Congresso	Cidade (país)	P	R
1949	Congresso Constitutivo	Oslo (Noruega)	24	21
1950	I Congresso	Zurich (Luxemburgo)	124	30
1953	II Congresso	Liège (Belgica)	281	34
1956	III Congresso	Amsterdã (Holanda)	524	54
1959	IV Congresso	Milão e Stresa (Itália)	980	50

Fonte: *Atas dos Congressos Mundiais de Sociologia*, ISA, 1959, 1950, 1953, 1956 e 1959.

P = Total de participantes.

R = Total de países representados.

Diferente do que aconteceu na UNESCO¹⁵, durante os anos 1950, a participação e a influência dos latino-americanos nos Congressos da ISA foram bem menor que a europeia e a norte-americana. No entanto, esse fator não

¹⁴ O processo de criação da ISA (Congresso Constitutivo em 1949, I Congresso Mundial em 1950) impulsionou uma intensa correspondência entre o Comitê Provisório votado em 1949, os membros do que seria o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e os vários intelectuais espalhados pelo mundo. Algumas dessas cartas chegaram a São Paulo, o que incitou o “grupo paulista” a reanimar uma Sociedade Paulista de Sociologia, alterando o seu nome para uma representação mais ampla, dando origem a Sociedade Brasileira de Sociologia, entidade filiada a ISA e representante desta no Brasil (Conf. Arquivos da UNESCO, Paris; Arquivos de Florestan Fernandes, Ufscar; Arquivos de Fernando de Azevedo, IEB-USP).

¹⁵ Nos primeiros anos de funcionamento da UNESCO, a América Latina tinha uma expressiva representação em seus órgãos diretivos. Isso se explica, pois, nesses primeiros anos, com a ausência dos países africanos e asiáticos, que a região representava um terço dos Estados-membros, o que lhe dava força política dentro da organização. Esta foi a razão para que o seu primeiro Diretor Geral tenha sido o mexicano Jaime Torres Bodet (1949-1952). O Brasil, em particular, contava também com uma representação que lhe destacava no interior do organismo, em particular com a atuação de Paulo E. de Berredo Carneiro, delegado permanente e membro do Comitê Executivo entre 1949 e 1962, e do antropólogo Arthur Ramos, primeiro diretor do Departamento de Ciências Sociais, criado em 1949, e idealizador da famosa pesquisa internacional sobre relações étnico-raciais. Os dois foram figuras-chaves para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil.

diminuiu a importância desta associação enquanto espaço político-acadêmico que possibilitava criar e aprofundar as relações entre EUA-Europa e entre Norte-Sul do mundo ocidental. No caso específico dos latino-americanos, se a sua participação era quase ínfima nos congressos internacionais – e isso se justificava, essencialmente, pelos encargos financeiros que as viagens representavam -, o contrário ocorria no âmbito da diretoria da ISA. A presença permanente de latino-americanos e, em especial, de brasileiros em todas as diretorias eleitas nos anos 1950 comprova a importância política e acadêmica desta região no desenvolvimento do campo das ciências sociais¹⁶. Dois brasileiros, em especial, tiveram destaque na promulgação desta relação no âmbito das associações internacionais e regionais: Fernando de Azevedo e Luiz de Aguiar Costa Pinto.

Portanto, é de supor que a atuação dos brasileiros nos congressos internacionais e nas diretorias da ISA, nos espaços da UNESCO e de outros organismos internacionais lhes permitiu estreitar laços com seus pares de outras nacionalidades. Essa tese é confirmada pela farta correspondência entre brasileiros e intelectuais de outras nacionalidades encontrada nos arquivos pesquisados por nós. Desta forma, a relação de Friedmann com os sociólogos da USP teve início nos fóruns internacionais¹⁷, mas foi via Fernando de Azevedo, catedrático da Cadeira de Sociologia II da USP, e da recém criada CAPES¹⁸, chefiada por Anísio Teixeira, que a articulação da vinda do francês ao Brasil foi costurada, com o objetivo de aportar no desenvolvimento da sociologia industrial.

Em nenhum artigo ou tese sobre o desenvolvimento da sociologia do trabalho no Brasil o nome de Anísio Teixeira é mencionado como importante articulador, junto a Fernando de Azevedo, da vinda de Friedmann ao Brasil. No

¹⁶ Nos quatro primeiros Congressos da ISA, sempre houve uma delegação brasileira, mesmo que ela fosse pequena. Fernando de Azevedo foi Vice-Presidente da ISA entre 1950 e 1952, assumindo a responsabilidade de Presidente após a morte de quem ocupava este cargo. L.A. Costa Pinto foi membro do Comitê Executivo (1953-1956) e Vice-Presidente (1956-1959).

¹⁷ Friedmann exerceu na ISA os cargos de Presidente (1956-1959) e de membro do Comitê Executivo (1959-1962), mesmo período que foi criado na América do Sul a FLACSO e a CLAPCS, onde o francês foi Presidente da primeira (1958-1964).

¹⁸ A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951 e tinha como uma de suas funções “a Campanha deu início a um duplo programa de emergência, compreendendo a assistência técnica às Universidades, mediante o contrato de professores estrangeiros e o preenchimento das lacunas mais instantes do nosso quadro técnico-científico, mediante o aperfeiçoamento no estrangeiro” (Conf. AT pi Capes 1952/1964.00.00, Arquivo Anísio Teixeira, Arquivo FGV-CPDOC).

entanto, as cartas que encontramos nos arquivos nos confirmam que desde 1954 havia o convite para que o francês viesse ministrar uma palestra na USP sobre sociologia industrial. Friedmann demonstra nas cartas grande interesse em conhecer o nosso país, no entanto, seus planos são sempre adiados por excesso de trabalho¹⁹. A primeira visita ocorreu somente no final de 1957, quando pôde fazer uma escala de quatro dias no Rio de Janeiro e se encontrar com Teixeira. No ano seguinte, finalmente concretizou-se o plano com as palestras e o seminário ministrados em São Paulo, conforme descrevemos anteriormente. Desde o início, conforme atestam a correspondência, o objetivo era estabelecer uma colaboração de pesquisa e formação entre o *Centre d'Etudes Sociologiques* e a FFCL-USP²⁰.

Os temas que pautaram os congressos mundiais da ISA refletiram os debates e as pesquisas que vinham sendo desenvolvidos nos principais polos de produção das ciências sociais, fundamentalmente nos EUA e na Europa Ocidental. Uma reflexão presente em todos os congressos era sobre a capacidade da sociologia em intervir no processo de transformação social em curso. Evidentemente que esta problemática estava indissociável da nova função social dos cientistas e de sua posição frente às políticas estatais de planificação. A fala de Georges Friedmann, então presidente da ISA, na abertura do IV Congresso Mundial de Sociologia (1959), deixa evidente a concepção de ciência que tal geração buscava produzir. Como muitos outros, ele estava convencido de que a sociologia poderia auxiliar os Estados e as entidades da sociedade civil na prevenção de determinados problemas sociais e na melhor adaptação ao desenvolvimento técnico da sociedade:

A sociologia, estreitamente vinculada as outras ciências sociais, afirma-se cada vez mais como uma necessidade de tomada de consciência da sociedade industrial por ela mesma (...) Ou seja,

¹⁹ Conf. Carta de Georges Friedmann a Fernando de Azevedo, de 23 de outubro de 1954, o francês confirma ter recebido carta de Anísio Teixeira, convidando-o para ministrar um curso na USP no ano seguinte: "Je suis très touché de cette invitation et serais heureux, en principe, de faire un séjour au Brésil. J'ai dit à Monsieur Teixeiras que, dès que j'aurai rassemblé les informations nécessaires (étant donné les engagements que j'ai déjà pris pour 1955 et, par ailleurs mes obligations professionnelles), je lui donnerai ma réponse » (CP-CX13,14, Arquivo Fernando de Azevedo, Arquivo IEB-USP).

²⁰ Depois de sua passagem por São Paulo, em 1958, Friedmann ainda se encontrou com Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro, para discutirem a colaboração franco-brasileira no domínio da sociologia do trabalho (Conf. Carta de Friedmann à Azevedo, de 3/10/1958: CP-CX13,21/2, Arquivo Fernando de Azevedo, Arquivo IEB-USP).

face ao progresso técnico do qual as ciências da natureza são as infatigáveis promotoras, a sociologia, se fosse melhor equipada e constantemente consultada, poderia, melhor controlando a introdução e a adaptando das coletividades e dos indivíduos, ajudar à encontrar um equilíbrio que ainda não têm em nenhuma parte do mundo.

...constatamos que a ambição do conhecimento científico se confunde à exigência (ou à nostalgia) da ação. A ação do sociólogo pode ser projetada por ele essencialmente como a transformação militante do meio. Mas ele pode também considerar que sua missão é, antes de tudo, em ajudar o homem na sua adaptação a este novo meio (...) os sociólogos ocidentais contribuem para a transformação, e em todo caso à reforma, do meio social por meio das pesquisas sobre a urbanização, as grandes organizações administrativas, a saúde mental, o sistema hospitalar, as relações raciais, etc....

O papel do sociólogo é diferente segundo a coletividade que lhe demanda: uma grande administração pública (ou seja, o Estado), uma empresa industrial, comercial, financeira, uma corporação econômica, um sindicato, uma associação profissional... (FRIEDMANN, 1960, p. 11, 15,16 tradução nossa)

No caso da América Latina, em particular o Brasil, um momento importante desse longo processo de “academização” das ciências sociais foi a realização da *Conferência sobre o ensino de ciências sociais na América Latina*, organizada pela UNESCO, na cidade do Rio de Janeiro, em 1956. Nesse evento, além de aprovarem a criação da *Faculdade Latino-americana de ciências sociais* (FLACSO), com sede em Santiago do Chile, e do *Centro latino-americano de pesquisas em ciências sociais* (CLAPCS), no Rio de Janeiro, apontaram para a necessidade de produzir pesquisas e ensino que abordassem o mundo industrial e do trabalho: “as universidades da América do Sul deveriam fomentar ativamente as disciplinas designadas com o nome genérico de Relações Industriais ou Relações de Trabalho”²¹.

No caso específico da USP, o mundo industrial e do trabalho foi, progressivamente, ganhando relevância enquanto objeto de pesquisa e temas de eventos acadêmicos ou disciplinas. Podemos mencionar a pioneira pesquisa realizada por Azis Simão e apresentada no I Congresso Brasileiro de Sociologia, sobre o voto operário em São Paulo (SIMÃO, 1955). Em 1955, no curso de “Dinâmica Social”, dado por Azevedo para os alunos dos terceiros anos de ciências sociais, apareceu, pela primeira vez, na bibliografia obrigatória, um

²¹ Conf. Resolução 24 da Conferência. Arquivos da UNESCO, Paris.

artigo de Friedmann²². No ano seguinte, no curso de “Sociologia Aplicada”, Cardoso ministrou seminários sobre “Os problemas sociais da sociedade de classe”, que continha uma extensa bibliografia de sociologia industrial norte-americana²³. Paralelamente, foram registrados vários seminários e palestras dadas por Simão, Juarez Lopes e Cardoso para sindicatos patronais e operários, assim como grandes empresas. Em 1960 e 1961, foram organizados dois cursos na USP sobre sociologia industrial, o primeiro com a presença de Touraine.

Portanto, o surgimento da sociologia do trabalho no Brasil foi um longo processo de consolidação do mundo industrial e do trabalho enquanto tema central de um grupo e uma geração de sociólogos brasileiros e franceses. Além do mais, as pesquisas empíricas buscavam contribuir para o processo de “modernização” da sociedade capitalista ocidental, amenizando os danos que ela produzia sobre os seus membros.

Definições preliminares sobre a sociologia do trabalho na França e no Brasil.

O projeto de “modernização” foi uma utopia que alimentou o engajamento de toda uma geração de intelectuais no período aqui analisado. Na sua forma mais abstrata e simples, modernizar a sociedade pressupunha levá-la a um estágio superior que o anterior. Porém, os fatores identificados e valorizados como desencadeadores dessa evolução dependiam da visão de mundo predominante em cada época ou geração. No caso do mundo capitalista ocidental dos anos 1950 e 1960, isso era sinônimo de desenvolvimento econômico e, em algumas regiões, de democratização da sociedade. Na França do pós-guerra, por exemplo, a obstinação central de seu projeto modernizador passava, centralmente, pelo aumento da produtividade do trabalho. No Brasil, a sua condição de país periférico e dependente impunha como objetivo central o desvencilhamento das amarras herdadas de um passado colonial, arcaico e tradicional. Um dos pontos em comum entre os projetos modernizantes tanto do

²² Tratava-se de “Technological change and human relations”, in *The British Journal of Sociology*, III, 2. June 1952. London, pp. 95-116.

²³ Conf. Programas de Cursos da FFCL-USP, de 1949 a 1968, Arquivo da Administração da FFLCH-SP e CAPH.

grupo francês quanto do brasileiro, aqui analisados, está em seu otimismo com o progresso técnico e científico.

Nesse sentido, a sociologia industrial norte-americana e, posteriormente, a sociologia do trabalho francesa eram lidas nos cursos da USP, em meados dos anos 1950, enquanto reflexões abstratas de uma sociedade que viria a se concretizar em algum dia no Brasil. Porém, quando a industrialização se tornou o fator mais dinâmico da economia brasileira, o mundo do trabalho foi incorporado na sociologia uspiana enquanto objeto central de reflexão político-acadêmica. Como desdobramento daquele processo, a classe operária brasileira passou a ter relevância enquanto agente político. Portanto, a partir disso, a sociologia do trabalho ganhou concretude no território brasileiro, permitindo um diálogo teórico, pautado em pesquisas empíricas, entre os brasileiros e os franceses.

Quando os sociólogos do trabalho franceses desembarcaram no Brasil no final dos anos 1950, encontraram um estilo de pesquisa semelhante ao que buscavam na França. A criação do CESIT, em 1961, que acabou por colocar em prática o projeto de uma *sociologia aplicada* esboçado pela Cadeira de Sociologia I, regida por Florestan (ROMÃO, 2006), só foi possível frente à conjuntura paulista de um governo estadual populista que valorizava as políticas planificadoras e buscava uma relação instrumental com a universidade. Foi relevante, também, o surgimento de uma fração entre os empresários que demandavam por pesquisas sobre o mundo industrial por acreditarem que a racionalização do trabalho desencadearia uma maior produtividade e rentabilidade do capital. Por fim, fervilhava na Universidade de São Paulo os debates acerca da sua reforma acadêmica e administrativa.

Entre 1940 e 1960, três problemáticas foram recorrentes em grande parte das pesquisas em sociologia na França: (1) as consequências das transformações técnicas sobre o trabalho e o conjunto da sociedade²⁴; (2) as atitudes operárias²⁵; e (3) a organização e a remuneração do trabalho²⁶. Dentre as figuras mais importantes dessa geração, podemos citar, além de Georges

²⁴ Os trabalhos mais representativos desta linha de pesquisa foram Friedmann (1946, 1950, 1956), Touraine (1955) e Naville (1960).

²⁵ Neste caso, ver principalmente Touraine (1966; 1966; 1961).

²⁶ Ver Crozier (1963, 1965).

Friedmann e Alain Touraine, Jean-Daniel Reynaud, Michel Crozier e Pierre Naville.

O primeiro grande projeto temático do CESIT, “Economia e Sociedade no Brasil”, estabeleceu quatro temas de pesquisa, escolhidos por serem prioritários para o desenvolvimento econômico: (I) o estudo sobre a mentalidade dos empresários brasileiros frente às mudanças na economia do país; (II) a análise sobre o Estado e seu papel na “modernização” do país; (III) a questão da força de trabalho, esclarecendo os seus dilemas, de modo a enfrentá-los e resolvê-los; e, por fim, (IV) os problemas das disparidades regionais no desenvolvimento econômico do país²⁷.

A sociologia uspiana, principalmente a produzida no CESIT, buscava uma interpretação e uma análise da realidade brasileira a partir de uma perspectiva totalizante. As obras desses autores continham uma tensão interna devido o confronto entre o modelo funcionalista, valorizado ao longo dos anos 1950, e o método dialético, incorporado pelos mais novos em suas pesquisas com as leituras de Marx e outros marxistas. Como afirmam Guimarães e Leite, essa geração

ousava correr o risco de formular uma teoria da sociedade brasileira. Nesse pioneirismo, os estudos sobre o trabalho industrial desempenharam um papel decisivo (...) Nessas condições, a moderna sociologia do trabalho nasceu, no Brasil, fortemente tributária da herança de alguns pioneiros que aceitaram o desafio de explicar as condições de emergência, as atitudes políticas e a ação sindical dos contingentes operários que se formavam no processo de industrialização. (GUIMARÃES; LEITE, 1994, p. 40)

Entretanto, as suas produções não superaram a visão dualista em voga nas ciências sociais, ainda que eles se colocassem críticos a elas. Por meio de pesquisas empíricas e *surveys*, tendo como objeto central o mundo urbano e industrial (o lado “moderno” do país), os membros do CESIT buscaram demonstrar as razões pelas quais o projeto modernizador encontrava resistências no Brasil. A causa, a grosso modo, estava na presença de elementos do arcaísmo nas atitudes de operários e empresários industriais.

²⁷ Algumas das teses que resultaram desse projeto de pesquisa foram Cardoso (1964), Ianni (1965), Rodrigues (1968, 1970) e Pereira (1965).

Por exemplo, a hipótese de Leôncio Martins Rodrigues era a de que a “natureza do moderno processo de industrialização, em interação com determinadas características da sociedade brasileira, acarretou uma posição relativa da classe operária no interior da nação e tipos de orientações e atitudes políticas divergentes das observadas nos países de antiga industrialização” (RODRIGUES, 1968, p. 341). Segundo o autor, não houve no Brasil, no seio de seu proletariado, o desenvolvimento de ideologias questionadoras (negadoras) do capital, como teria ocorrido no proletariado dos países de capitalismo central. As especificidades de nosso país estariam no fato de que a emergência política das camadas trabalhadoras e a ampliação de sua participação política se efetuaram sob a égide do populismo, ou seja, “orientadas não por ideologias negadoras do sistema social, mas por aspirações de integração à sociedade urbana e moderna, sob lideranças de tipo paternalista originárias das classes superiores” (RODRIGUES, 1968, p. 342)²⁸.

A temática sobre a *consciência operária* ou as *atitudes operárias* era uma preocupação central na primeira fase da produção intelectual de Alain Touraine (ou seja, de 1948 a 1968)²⁹. O sociólogo francês buscava produzir uma teoria da *ação social*, refletindo sobre o que ele denominava de *historicité*, ou seja, a capacidade da sociedade de se transformar por si mesma. No entanto, essa transformação dependeria da ação de um *sujeito histórico*, ou seja, a classe operária.

Lembremos que, nesse período da sociologia do trabalho francesa, ocorreram inúmeros estudos sobre as resistências operárias ao processo de transformação técnico-administrativo no mundo do trabalho, que contaram com

²⁸ Para Celso Frederico, as generalizações teóricas dos intelectuais dos anos 1950/60 careciam, em sua maioria, de uma pesquisa empírica séria. Ele aponta um problema central do pensamento dualista: a separação entre o *sujeito* e o *objeto*. Nesse sentido, “essas diferentes abordagens, traduzem, no fundo, uma postura idêntica perante a classe operária: ela seria apenas o objeto ao qual se aplicam e se ‘confirmam’ as teorias sociológicas acadêmicas ou, em alguns casos, o objeto com a qual ‘se faz política’. De qualquer forma, como se abstrai a prática concreta dos trabalhadores, essas análises acabam sempre considerando o operariado como um conjunto homogêneo que viveria um mesmo nível de consciência determinada pelos condicionamentos situados fora da luta de classes” (FREDERICO, 1979, p. 14). Podemos também encontrar uma crítica semelhante em Braga (2012).

²⁹ Nesta primeira fase de Touraine estão, principalmente, as suas preocupações sobre o mundo industrial e a consciência operária. São obras desse período as suas teses de Doutorado de Estado (1965, 1966). O momento de inflexão que deu início a sua segunda fase foi as mobilizações de maio de 1968 na França e, em seguida, a publicação de *La société post-industrielle* (1969) e *Production de la Société* (1973).

a aplicação de *enquêtes* com o objetivo de medir a consciência operária. Dessa forma, acreditava-se que, compreendendo as questões que normatizavam as ações dos trabalhadores, seria possível aos sindicatos, aos patrões e aos agentes dos governos planejarem as políticas necessárias para acelerar o processo de modernização da sociedade.

Semelhante reflexão foi realizada no Brasil pela a sociologia uspiana dos anos 1960. Segundo esta, o *desajustamento* dos trabalhadores na sociedade industrial se refletia numa falta de consciência de classe. Com este limitador, os sindicatos e os movimentos sociais dos trabalhadores não poderiam cumprir, portanto, o papel de sujeitos históricos. Com a ausência de uma ação radical, os sindicatos se desenvolveriam controlados e subordinados ao Estado, permitindo a emergência do *populismo*.

Análise semelhante foi realizada sobre a mentalidade dos empresários, no famoso estudo de Cardoso (1964). Influenciados pelo arcaísmo de nosso passado, os empresários industriais apresentariam a ausência de uma *racionalidade instrumental weberiana*, fundamental para o desenvolvimento capitalista. Esse elemento se agravava com a característica de dependência da economia brasileira. Portanto, caberia ao Estado, com o auxílio de técnicos e o conhecimento científico, o papel de impulsionar e incentivar a industrialização com métodos modernos.

Ainda que os intelectuais do CESIT tentassem superar o dualismo predominante de seu tempo, eles não puderam romper totalmente com a sua lógica explicativa. A crença de que a modernização da sociedade dependeria de impulsos externos, justificados pela etapa da civilização industrial, dificultou que esta geração produzisse uma crítica radical das formas de ser e de organização do trabalho dos anos 1950 e 1960. No entanto, é inegável o legado teórico que esta geração deixou as gerações futuras. Portanto, acreditamos que uma análise crítica das categorias e, principalmente, da imagem que o CESIT conseguiu produzir sobre o mundo do trabalho brasileiro, junto a um resgate sistemático e cuidadoso nas fontes primárias, reconstruindo os desenvolvimentos institucionais e pessoais, como pretendemos realizar com a nossa tese, poderá aportar não apenas para a compreensão do pensamento social do passado, mas para as possibilidades de pesquisas que se abrem no futuro.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, P. **Science de la science et réflexivité: cours du Collège de France 2000 - 2001**. 3a. ed. Paris: Éd. Raisons d'agir, 2007.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. 1a edição ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAUDEL, F. Histoire et sociologie. In: GURVITCH, G. (Ed.). **Traité de sociologie (Tome premier)**. Bibliothèque de sociologie contemporaine. 2a. ed. Paris: PUF, 1962.

CÂNDIDO, J. C. **Entre a “política” e a “polícia”: a constituição e a crítica da sociedade industrial democrática na sociologia paulista dos anos 1950 e 1960**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, Fevereiro de 2002.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CARDOSO, F. H. **Fernando Henrique Cardoso (depoimento, 2011)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2012.

CHAPOULIE, J.-M. **La tradition sociologique de Chicago : 1892-1961**. Paris: Éd. du Seuil, 2001.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FREDERICO, C. **Consciência operária no Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Ática, 1979.

FRIEDMANN, G. **Problèmes d'Amérique latine**. Paris: Gallimard, 1959a.

FRIEDMANN, G. Quelques problèmes de définition et de limites. **Sociologie du Travail**, v. 1e année, out. 1959b.

FRIEDMANN, G. Société et connaissance sociologique. **Annales: Economies, sociétés, civilisations**, v. Extrait, n. 1, p. 9–17, jan. 1960.

FRIEDMANN, G. **Problèmes d'Amérique latine II : signal d'une troisième voie?** Paris: Gallimard, 1961.

GUIMARÃES, N. A.; LEITE, M. DE P. A sociologia do trabalho industrial no Brasil: Desafios e interpretações. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 37, p. 39–59, 1994.

GURVITCH, G. La Vocation actuelle de la Sociologie. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 1, n. 1, 1946.

IANNI, O. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. v. 5

LOPES, J. S. L. Touraine e Bourdieu nas ciências sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 5, p. 43–79, 2013.

LOPES, J. S. L.; PESSANHA, E.; RAMALHO, J. R. Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 115–129, mar. 2012.

MICELI, S. et al. (EDS.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo, SP, Brasil: IDESP : Vértice : FINEP, 1989.

PEREIRA, L. **Trabalho e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1965.

RODRIGUES, L. M. (ED.). **Sindicalismo e sociedade**. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, L. M. **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RODRIGUES, L. M. **Leôncio Martins Rodrigues Netto (depoimento, 2008)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010.

ROMÃO, W. DE M. **A experiência do CESIT: sociologia e política acadêmica nos anos 1960**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

ROMÃO, W. DE M. **Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT**. São Paulo: Humanitas, 2006.

SIMÃO, A. **O voto operário em São Paulo**. . In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: 1955

TANGUY, L. **La sociologie du travail en France : enquête sur le travail des sociologues, 1950-1990**. Paris: Éd. la Découverte, 2011.

TOURAINÉ, A. **Sociologie de l'action**. Paris: Éditions du Seuil, 1965.

TOURAINÉ, A. **La conscience ouvrière**. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

TOURAINÉ, A. **La société post-industrielle**. Paris: Ed. Denoël, 1969.

TOURAINÉ, A. **Production de la société**. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

Arquivos consultados:

Arquivo Anísio Teixeira, Arquivo FGV–CPDOC.

Arquivo Geral da USP.

Arquivos da administração da FFLCH-USP.

Arquivos da Fundação FHC (acesso ao acervo digital).

Arquivos da UNESCO, Paris.

Arquivos de Fernando de Azevedo, Arquivos do IEB-USP.

CAPH/DH – Projeto Memória da FFCL/FFLCH-USP.

Fundo Florestan Fernandes, Acervo Coleções Especiais UFSCAR/BCo.